

Conclusão: saberemos o que fazer para fortalecer a democracia?

∞ CLÓVIS BRIGAGÃO

DIRETOR-ADJUNTO DO CENTRO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.

Ética: meios e fins

O Brasil é um país de muitos paradoxos – além das desigualdades sociais transbordantes – que acabam reafirmando certas características de ser um país surrealista. Um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), e seu Governo eleito com grande expectativa de mudança¹ teve como matriz fundadora e base de seus objetivos políticos a marca da ética e a transparência nos negócios públicos e nas relações de poder. De repente, vê-se envolvido em larga escala – juntamente com sua base de aliados políticos – num festim de grossa corrupção. Ninguém esperava que o PT que, durante seus 25 anos de existência, construiu seu *marketing* partidário fazendo da questão ética uma questão central, fosse realizar uma tamanha e até mesmo grosseira lambança, uma sujeira desconcertante.

O autor das primeiras denúncias havia sido um dos mais fiéis aliados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o deputado Roberto Jefferson, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que pouco antes recebera do próprio Lula a declaração de que daria um cheque em branco ao deputado do PTB... e que iria dormir tranqüilo. Provavelmente insatisfeito com o não cumprimento das regras estabelecidas para o financiamento de seu fiel partido e de seus membros, Roberto Jefferson, como se diz, abriu o bico e denunciou o esquema da montagem de Caixa 2 para o PT e para seus aliados, verdadeiros partidos de negócios: o PTB, o PL (Partido Liberal, em cujas fileiras está o Vice-Presidente da República) e o PP (Partido Popular, de direita conservadora), a partir de empréstimos contraídos na rede bancária.²

O esquema envolvia o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, mancomunado com uma estranha figura, mistura de empresário de marketing eleitoral, publicitário e lobista, Marcos Valério³, aparentemente sob a bênção da cúpula do PT, do então todo-poderoso chefe da Casa Civil da Presidência José Dirceu e quem sabe – e aí a dúvida é cruel – do próprio Presidente da República. Por que o Presidente Lula afirmou em entrevista em Paris que «o que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente». Se assim for então o vale-tudo toma conta da República e que todos se locupletem, seria essa a herança que deixaria para as novas gerações o Partido da Ética?

A primeira fonte do lastro de corrupção anunciada foi o nosso velho e até então considerado eficiente – para os padrões dos serviços públicos brasileiros – Correios, a Empresa Brasileira de Correios (ECT), através do chefe do Departamento de Compras e Administração de Materiais, foi pego recebendo dinheiro de lobistas e que envolvia a sustentação da base política, principalmente o PTB – que cresceu desmesuradamente de 26 deputados para 52 entre 2002 e 2004, principalmente após as eleições municipais.⁴ A composição na Câmara dos Deputados sofreu uma reviravolta e isso provocou um

deslocamento nas articulações políticas entre o PT e esses seus aliados nos negócios do poder. Sob o comando da cúpula do PT e do círculo governamental, partiu-se para o aliciamento político na base do negócio, como penduricalhos, oferecendo como prebendas aos partidos aliados espaços na máquina burocrática – expandida – com chances de produzir negócios (dinheiro) dado o nível dos dirigentes que dominam o PL, o PTB e o PP: o resultado foi o assalto aos cofres públicos e o chamado Mensalão (dinheiro distribuído a deputados do PT e dos partidos da base aliada).

E aí a fila de outros órgãos estatais foi sendo alongada como fontes de corrupção da máquina governamental e o noticiário da imprensa política fazia ecoar na opinião pública as negociatas e as irregularidades descobertas no Governo do PT e do Presidente Lula: homens carregando malas de Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais) para a capital federal, agência bancária em Brasília pagando a deputados ou a seus assessores, tentativas de extorsão em órgãos públicos, dólares descobertos nas roupas íntimas de um ex-dirigente do PT (e ligado ao irmão, deputado estadual do Estado do Ceará, do ex-Presidente do próprio PT), o envolvimento do tesoureiro do PT, de fundos de pensão. A lista dos escândalos, irregularidades e ilicitudes cresce na proporção da indignação da sociedade e, principalmente, dos militantes do próprio partido do Presidente.

A instalação da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a CPI dos Correios e, mais tarde, a CPI do Mensalão e a CPI dos Bingos, além da atividade do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, acabam revelando as várias faces da crise política que seguiu seu próprio curso com as investigações que se abrem em leque de um complexo jogo de interesses espalhados por empresas estatais, bancos oficiais, fundos de pensão de funcionários de estatal, envolvendo até mesmo bancos e grupos estrangeiros e companhias de telecomunicação. Os membros da CPI dos Correios já chegaram à conclusão que os empréstimos feitos no Banco Rural são de fachada. Foi a maneira operada pelo «Valerioduto» (nome dado às operações do empresário Marcos Valério e do ex-tesoureiro e hoje expulso do PT, Delúbio Soares) para que as empresas fizessem doações para o PT, através de contas no exterior.

Prosseguem as investigações e chegamos agora à fase mais dramática do indiciamento dos culpados, que poderão perder seus mandatos parlamentares e políticos por um período de oito anos. O primeiro a ser castigado pela lei foi o próprio autor das denúncias, o deputado pelo PTB, Roberto Jefferson. Seu arqui-inimigo de hoje, o agora deputado José Dirceu poderá vir a ser o próximo, além de muitos outros deputados do PT, do PL, do PTB e do PP.⁵ Alguns parlamentares expeditos e espertos renunciaram ao mandato, expediente que lhes abre a possibilidade de serem novamente eleitos na próxima campanha

de 2006. Cada dia surge novos nomes e aumenta a lista de parlamentares que poderão perder seus mandatos. A CPI dos Correios necessita do sigilo bancário das operações financeiras feitas no exterior, mas somente esses dados não bastam para ir à origem do dinheiro. Supõe-se que isso foi feito por recursos enviados de paraísos fiscais, sendo assim difícil obter prova que faça ligação direta do dinheiro do Valerioduto com as irregularidades e desvio de dinheiro público. Chega-se à conclusão de que o sistema de financiamento montado pelo PT é bastante sofisticado e que ruiu porque seus operadores foram amadores – lambões – na distribuição dos recursos para seus aliados.

O centro da crise

Sobre a responsabilidade do Presidente Lula em todo esse escândalo, o próprio José Dirceu em entrevista afirmou que o Presidente tem responsabilidade política. Por sua vez, ao voltar de sua última viagem à Europa, Lula revidou e sentenciou: «O Zé (José Dirceu) escolheu o destino dele. Ele não tem o direito de cobrar nada do Governo». Por mais que o Presidente Lula esteja buscando se distanciar e se separar do seu próprio partido político, ele foi seu fundador, seu principal líder, seu maior símbolo. O direito à dúvida permanece e parece não ser crível que ele não soubesse das lambanças de seus companheiros e da cúpula que lhe obedecia, como chefe que era e é. Por trás, insinua-se a montagem de um esquema para a permanência no poder por um longo período, uma espécie de «leninismo tropical», com a velha e viciada fórmula de que os fins justificam os meios. Interessante observar que aquele mesmo publicitário, Duda Mendonça, que montou o *marketing* da figura de «Lulinha, Paz e Amor» na campanha presidencial em 2002, foi quem, surpreendentemente, lançou uma verdadeira bomba ao comparecer à CPI dos Correios e declarar, abertamente e com todas as letras, que foi convidado a prestar serviços à campanha do PT. Apresentou orçamento, aprovado, fez o serviço e para receber o dinheiro devido, abriu conta no exterior e recebeu mais de dez milhões de reais oriundos de outras contas igualmente no exterior.

A Lei Orgânica dos partidos políticos brasileiros os proíbe de conduzir suas campanhas com Caixa 2 e de manter contas no exterior: a punição é a perda de registro eleitoral e, portanto, deixar de existir. Para muitos petistas históricos, hoje ex-petistas, o PT já não mais existe, política e moralmente, em razão da existência da corrupção comandada pelo grupo majoritário de dirigentes. O Presidente Lula é sem dúvida um político que tem uma comunicação de massa que poucos políticos brasileiros têm e parece ter uma percepção desse Brasil profundo. Mas, ao mesmo tempo, ele é um autista em relação à relevância da política institucional, não consegue atinar como ela é impor-

tante e como ela é feita, como se ela não só não tivesse seu lugar de destaque no jogo do poder, como ignora seu raio de ação e reação.

O Presidente Lula parece convencido de que sua comunicação direta com as massas – e ele vem perdendo, se é que já não perdeu muito de seu encanto, tanto da classe média que nele depositou sua esperança, como de parte do próprio povão que o elegeu – mais os bons indicadores econômicos irão assegurar-lhe a reeleição em 2006. Ainda tem um ano para se refazer – caso não se comprove nada contra ele no esquema de corrupção montado por seu partido – e aprender, com a crise, a lidar com a instância da política institucional, não só como líder político, mas principalmente como Presidente da República.

Conclusão

Há um consenso de que a reforma política – ainda que tardia – deve ser prioridade, não só pela atual crise provocada pelos escândalos, mas porque sem ela, o Brasil continuará como uma precária democracia e suas instituições formuladoras das políticas públicas ao alcance sempre da manipulação e das várias formas de corrupção que atingem o sistema político de alto a baixo. É óbvio de que reforma política não vai transformar canalhas em pessoas de bem. Mas ela pode e deve contribuir para diminuir a distorção da vontade do soberano do voto, o eleitor, e dar um sentido mais lógico e racional ao sistema político, particularmente ao sistema político eleitoral.

O eleitor, além de ser obrigado a votar – e de certa forma participar do vício desse sistema democrático obrigatório – pelo sistema atual de coligação, nas eleições proporcionais, ele vota num determinado candidato – e por força de alianças irracionais – elege outro candidato, muitas vezes o oposto daquilo que o eleitor soberano gostaria de sufragar. Outra questão, a da verticalização eleitoral que torna obrigatória que as alianças nos Estados – no Brasil bastante diferenciados, de norte a sul, além de que somos uma Federação – sigam a aliança feita para eleger o Presidente da República, uma camisa-de-força que faz do país uma homogeneidade fictícia. Há a cláusula de barreira. O sistema partidário brasileiro atual é uma barafunda de siglas de aluguel e em cada legislatura, muda-se de partidos como se muda de camisas, sem nenhum compromisso com o eleitor.

Para 2006 a regra aprovada é a de que o partido político deverá obter 5% em pelo menos nove Estados. Finalmente, a questão – extremamente polêmica – do financiamento público das campanhas eleitorais, com recursos oriundos do Orçamento da União (cerca de 850 milhões de reais ou cerca de 310 milhões de euros). Financiamento público já existe na medida que há a utilização gratuita de tempo de rádio e TV pelos partidos políticos entre uma

eleição e outra e em determinado período eleitoral.⁶ O fato de haver proibição de financiamento privado – como é o caso hoje – não há garantia de que o Caixa 2 irá acabar. Uma mistura dos dois sistemas, público e privado, com controle rígido sobre os financiamentos de campanha com prestação de contas *online* (pela *Internet*) nos principais veículos de comunicação, recibos, descontos no Imposto de Renda para quem faz doação e garantia aos grandes doadores – empresas – não serão retaliados por aqueles que venceram as eleições e não tiveram delas a doação. Até agora a questão do financiamento aos partidos e suas campanhas eleitorais no Brasil transformou-se na principal fonte de corrupção de que temos registro.

Uma das principais explicações para os atuais escândalos investigados pelas três CPI, pela Polícia Federal e pela Corregedoria Geral da União é a drenagem de dinheiro – de empresas, públicas ou privadas – para o Caixa 2 da campanha política. Uma campanha no Brasil representa uma grande fortuna: pagamentos a publicitários, produção de programas de rádio e TV, showmícios pelo imenso território brasileiro, aluguel de aviões, carros de som, etc. O financiamento público seria dividido de acordo com as bancadas eleitas nas últimas eleições presidenciais (2002), com 85%; 14% seriam divididos entre todos os partidos com representação na Câmara dos Deputados e 1% entre todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma média de sete reais (dois, três euros) por cada eleitor.

Mas segundo pesquisas recentes a sociedade não está muito favorável a pagar a conta para um sistema político que, volta e meia, dá sinais claros de não estar a serviço dos interesses da nação, mas de interesses corporativos e individuais dos próprios políticos. Cerca de 73% dos entrevistados disseram não ao financiamento público. Com uma insuportável carga tributária – uma das mais ou mesmo a mais alta carga de impostos no mundo – a população não está disposta a dar sustento a um sistema que mostra, como agora, desconsiderar eleitores, contribuintes e cidadãos. O recado que a sociedade parece estar motivada a dar a esse sistema político corrupto e ineficiente é que quer sim a democracia, quer que ela seja cada vez mais eficaz e com resultados públicos na área da educação, da saúde, da segurança pública e de projetos sociais que verdadeiramente não sejam apenas o velho assistencialismo, mas que tragam o desenvolvimento e a inovação de processos de governança, que sejam transparentes, coerentes e dignos de crédito. Na atual situação da ausência de ética, o que a sociedade brasileira parece estar querendo dar é um recado. Na falta dela, mais e mais ética deve ser uma prática constante e diária em nossa democracia.⁷

Notas

- 1 «Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de Outubro... Foi para isso que o povo me elegeu Presidente da República: para mudar», discurso de posse no Congresso Nacional, Brasília, 10 de Janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva.
- 2 Caixa 2 em campanha política é considerado crime eleitoral e leva ao cancelamento do registro de um partido político no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A história articulada da dupla Delúbio Soares e Marcos Valério – mirabolante – era a de que o dinheiro contraído sob a forma de empréstimo bancário tinha o objetivo de montar o Caixa 2 para pagar as dívidas do PT – e de sua base aliada – com as campanhas eleitorais de 2002 e 2004. A última novidade sobre a natureza do Caixa 2 veio do petista Tarso Genro (ex-ministro de Educação do Governo e até recentemente Presidente do PT) quando afirmou que «Caixa 2 é um problema tributário». Ora, é o mesmo que dizer que o 11 de Setembro de 2001 foi um problema no tráfego aéreo de Nova Iorque.
- 3 Marcos Valério de Souza, de 44 anos, careca e sempre muito carrancudo, mas de voz macia, com seus ternos escuros, administra 19 empresas e 150 contas bancárias. Seu grupo de agências de publicidade na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais) intermediava lavagem de dinheiro e pagamentos de propinas a dezenas e dezenas de políticos e após a posse do Governo Lula ele passou a ter uma influência, conseguindo ampliar em muito seus contratos de publicidade com agências do Executivo e com o Legislativo.
- 4 O Brasil tem cerca de 5500 municípios – alguns do tamanho de alguns países europeus – e as eleições para eleger prefeitos e vereadores carrega um volume de recursos gigantescos. O país tem em seu imenso território pelo menos 13 cidades com cerca de um milhão de habitantes e mais de 30 cidades com pelo menos 500 mil habitantes.
- 5 A situação do atual Presidente do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), partido do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, senador Eduardo Azeredo também foi incluída depois da revelação de que, em 1998, fora socorrido pelo mesmo publicitário Marcos Valério, que pagou dívida de campanha no valor de R\$700 000,00 (cerca de 259 mil euros). Por um lado comenta-se que, em razão do caso do senador Eduardo Azeredo, estaria havendo um acordo de cavalheiros entre o PT e o PSDB para que ninguém, nem os do PT nem o senador tucano, fossem cassados. Por outro lado, o PSDB reagiu à revelação da inclusão do Senador Azeredo como tentativa do Governo Lula de confundir Caixa 2 com a atual corrupção patrocinada pelo PT e pretendem (os tucanos) abrir nova ofensiva, com uma outra CPI, a do Caixa 2 de Campanha, destinada a apurar todas as denúncias de Marcos Valério, que, por sua vez, está ameaçando acionar o PT na Justiça caso não receba o dinheiro que teria emprestado ao ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Em síntese, esse processo político ainda está longe de terminar e, dependendo, da conjuntura e de novas denúncias, a temperatura política irá oscilar ora para mais ora para menos.
- 6 As emissoras oferecem gratuitamente o tempo para o partido político e deduzem do imposto de renda

devido. Esse tempo é pago, afinal, pelo contribuinte, mas de qualquer modo o tempo gratuito é uma forma das disputas tornarem-se mais democráticas e equilibradas, pois, caso não houvesse o tempo gratuito, somente milionários poderiam arcar com os custos de sua campanha eleitoral.

7 Um ex-deputado do Rio de Janeiro

e eterno *cartola* (alto dirigente de clube de futebol, o Vasco da Gama), declarou ao jornal *Lance* (diário esportivo) que «ética é coisa de filósofo». Ora, filosofia serve para muitas outras coisas, mas ética é coisa para todo mundo, é oxigênio que certamente deve prejudicar a quem sofre de dispnéia moral.

POLÍTICA INTERNACIONAL



Normas de colaboração

A revista «Política Internacional» é uma publicação de estudos de política externa e de relações internacionais.

Os textos enviados devem ser originais e não submetidos simultaneamente a outras publicações. A redacção dos mesmos poderá ser feita em língua portuguesa, francesa ou inglesa. O português será o idioma utilizado na totalidade da edição. As traduções serão da responsabilidade da «Política Internacional».

Os manuscritos devem ser entregues em suporte informático (disquete ou CD-ROM), processados em *Word* e/ou *Excel*, fazendo-se acompanhar de uma cópia impressa. Os mesmos poderão ser igualmente enviados por correio electrónico para o endereço redacao@politicainternacional.com, enviando as cópias em papel por correio convencional.

Na sequência de uma primeira escolha, da responsabilidade do Conselho Editorial, os textos aceites, sem menção dos autores, serão avaliados por um ou dois *referees*. Os pareceres dos *referees*, sem indicação dos seus nomes, serão enviados aos autores, quando tal se justificar. A decisão final de publicação é tomada pelo Conselho Editorial, tendo em conta os pareceres dos *referees*.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de proceder às alterações indispensáveis para uniformizar os títulos, os subtítulos, as notas e as referências bibliográficas.

Para mais detalhes consulte www.politicainternacional.com
ou envie um *e-mail* para redacao@politicainternacional.com

